

**Reflexões sobre o acesso de alunos surdos no Ensino Superior: uma trajetória de vitórias e desafios**

**Reflections on the access of deaf students in Higher Education: a trajectory of victories and challenges**

**Reflexiones sobre el acceso de alumnos sordos en la Educación Superior: una trayectoria de logros y desafíos**

Recebido: 26/12/2020 | Revisado: 27/12/2020 | Aceito: 29/12/2020 | Publicado: 29/12/2020

**Rosenice de Lima Gabriel**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3387-4391>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: [rosenicelima@gmail.com](mailto:rosenicelima@gmail.com)

**Everton de Lima Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5226-4433>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: [profevertonlima@gmail.com](mailto:profevertonlima@gmail.com)

**Adilma Gomes da Silva Machado**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1912-2852>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: [adilmachado@hotmail.com](mailto:adilmachado@hotmail.com)

**Jessica Gomes Lobo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1620-9218>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: [jgomeslobo@gmail.com](mailto:jgomeslobo@gmail.com)

**Charlene de Lima Alexandre da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9019-7761>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: [charlene.limaalexandre@gmail.com](mailto:charlene.limaalexandre@gmail.com)

**Regina Celi Delfino da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4123-9790>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: [regina-delfino@uol.com.br](mailto:regina-delfino@uol.com.br)

**Jôse Pessoa de Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3374-3367>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: [josypessoa10@hotmail.com](mailto:josypessoa10@hotmail.com)

**Rosilene Félix Mamedes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7290-0778>

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

E-mail: [rosilenefmamedes@gmail.com](mailto:rosilenefmamedes@gmail.com)

## **Resumo**

O acesso de alunos surdos, no ensino técnico e superior, é sem dúvida, uma grande vitória a ser comemorada. No entanto, existem desafios a serem superados e vencidos pelos alunos, instituições, e profissionais envolvidos nesse processo são a todo o momento. Pensar em inclusão é algo bem mais amplo que o momento inicial que compreende a entrada do aluno surdo, acreditamos que se faz necessário ir mais além, as instruções e profissionais envolvidos precisam a buscar mecanismos facilitadores afim garantir não apenas o acesso, mas a permanência destes alunos para que os mesmos concluam o curso ao qual ingressaram. Desse modo, o presente artigo tem por objetivo, refletir sobre o acesso, permanência e conclusão de alunos com surdez no ensino superior afim de identificar meios favoráveis neste processo para que eles obtenham sucesso. Ao final, pretendemos com este estudo, identificar quais os desafios a serem vencidos pelo sujeito deste trabalho e quais os caminhos possíveis e viáveis para que os surdos obtenham sucesso no seu processo de inclusão educacional no ensino superior.

**Palavras-chave:** Acesso; Desafio; Ensino; Surdos.

## **Abstract**

The access of deaf students, in technical and higher education, is undoubtedly a great victory to be celebrated. However, there are challenges to be overcome and overcome by students, institutions, and professionals involved in this process are at all times. Thinking about inclusion is something much wider than the initial moment that includes the entrance of the deaf student, we believe it is necessary to go further, the instructions and professionals involved need to seek facilitating mechanisms to ensure not only access, but the permanence of these students to complete the course to which they entered. Thus, this article aims to

reflect on the access, permanence and conclusion of deaf students in higher education in order to identify favorable means in this process for them to succeed. In the end, we intend with this study to identify what are the challenges to be overcome by the subject of this work and what are the possible and feasible ways for deaf people to succeed in their process of educational inclusion in higher education.

**Keywords:** Access; Challenge; Teaching; Deaf.

### **Resumen**

El acceso de alumnos sordos en la educación técnica y superior es, sin duda, un gran logro para celebrarse. No obstante, alumnos, instituciones y profesionales, que se involucran en este proceso, todo el tiempo tienen que superar y vencer desafíos. Pensar la inclusión es algo mucho más amplio que el ingreso del alumno sordo, pues creemos que se necesita ir más allá. Las instituciones y los profesionales que se involucran necesitan buscar mecanismos facilitadores que garanticen no solo el acceso, sino también la permanencia de estos alumnos en la carrera elegida. Así, el presente artículo objetiva reflexionar sobre acceso, permanencia e inclusión de alumnos sordos en la educación superior, a fin de identificar medios favorables en este proceso, de modo que haya logros. Al fin y al cabo, esperamos que con este estudio identifiquemos cuáles son los desafíos que el sujeto mencionado necesita superar y cuáles son los caminos posibles y viables para que los sordos obtengan logros en su proceso de inclusión educacional en la educación superior.

**Palabras clave:** Acceso; Desafío; Enseñanza; Sordos.

### **1. Introdução**

A chegada do aluno surdo no ensino superior é sem dúvida uma vitória, no entanto, a sua permanência e obtenção da conclusão do curso é um desafio, que requer esforços contínuos por parte dos alunos, instituição de ensino, profissionais envolvidos neste processo, como também seus familiares.

Sabemos que por décadas as pessoas com deficiência, por apresentarem diferenças diante de um dito “padrão” social eram considerados pela sociedade como sendo um problema, uma aberração que por consequência desses rótulos, estas pessoas por vezes eram associadas a castigos dos deuses, eram ainda privadas de possuir bens, desenvolver-se intelectualmente não podendo estudar e no âmbito pessoal eram proibidas de casar-se, o que

resultava na total exclusão social.

As pessoas Surdas não fugiram a esses rótulos, estima-se que sua diferença devido a essa associação à fala, ela só era percebida pela sociedade, quando este sujeito atingia a idade de sete anos de idade, onde normalmente as crianças já tinham obtido a aquisição da linguagem e devido à falta da fala oral, logo estariam condenadas conforme época a viverem exclusas ou banidas da sociedade. E, por consequência eram vistas como serem incompreensíveis e incapazes por todos.

Conforme Lima, (2004) a história da educação de surdos há cerca de 4000 anos, para os povos egípcios os surdos eram incapazes de aprender. E assim, uma vez que não utilizavam a fala oral, acreditavam que estas pessoas não conseguiriam se exprimir.

Todavia, essa impactante e triste realidade, começa a sofrer alterações por volta do séc. XX, onde as pessoas com deficiência passam a ser considerados como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade sob uma visão social e assistencial, quando no ano de 1948, surge diretriz política no âmbito educacional, através da declaração Universal dos direitos Humanos quando declara: “Todo ser humano tem direito a educação.”

Apesar deste importante conquista e aparatos legais, concordo com Bueno, quando ele diz: (1997) fala que o aumento do debate inclusivo que vem ocorrendo intensamente nos últimos tempos, no entanto diz que pouco se tem investigado se a integração vem realmente se efetivando na sociedade.

Alguns pesquisadores têm se proposto a pesquisar sobre o acesso e permanência de pessoas com surdez, porém as atuais pesquisas em sua maioria se debruçam no ensino fundamental e médio, e assim reconhecemos que diante desta problemática, estudos voltados para o acesso, permanência e conclusão destes indivíduos podem colaborar com pesquisas e instituições que recebam estas pessoas. Dito isto, diante da complexidade que envolve este tema, onde incluir surdos requer também incluir a língua e a cultura destes, inquietações como estas instigaram os autores na produção deste artigo.

## **2. Metodologia**

Diante de séculos de exclusão, é inegável que as pessoas com surdez com o passar dos anos têm conquistado consideráveis espaços na sociedade e dentre estes espaços, a área educacional. Esses espaços têm sido garantidos também em instituições de ensino superior, para tanto os mesmos ingressam na maioria das vezes através do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM podendo ocuparem as vagas destinadas para a ampla concorrência ou cotas.

Porém a permanência e conclusão das pessoas surdas tem sido um desafio para estas pessoas e para as instituições.

Em busca da compreensão deste acesso, permanência e conclusão iremos refletir com base em alguns autores que estudam o campo da inclusão de alunos surdos para que ao final possamos indicar mecanismos facilitadores que favoreçam este processo.

Com base nisso, quanto à metodologia, nossa pesquisa tem natureza descritiva que em suma segundo Neuman (1997), tem como finalidade descrever mecanismos e relacionamentos existentes na realidade do fenômeno estudado, assim geralmente para este tipo de estudo, seus pesquisadores utilizam tipos variados de classificações.

Ainda em termos metodológicos, a natureza de nossa essa pesquisa se caracteriza por ser qualitativa. Gil (2008, p.94) diz que os “[...] métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais”.

Já com relação aos procedimentos técnicos, iremos utilizar uma revisão bibliográfica, que segundo o mesmo autor, envolve pesquisa em materiais já elaborados tais como livros e artigos científicos. Acreditamos que a união desses métodos e técnicas escolhidos favorecerão nossas discussões de forma a nos aprofundarmos na temática.

### **3. Resultados e Discussão**

Segundo dados da pesquisa realizada pelo censo de 2000 através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informam que há no Brasil há 5,7 milhões de pessoas com Deficiência Auditiva, ou seja, o que equivalente a 2% da população brasileira.

Vale destacar que nesta pesquisa, as pessoas Surdas encontram-se no quadro de Deficiente Auditivo, no entanto, sabemos que há diferenças com relação a estes termos e com relação a posicionamentos terapêuticos e socioantropológicas.

Na visão clínica terapêutica a surdez decorre da necessidade de uma normatização, ou seja, em tornar o surdo ouvinte Lulkin (1998), e assim busca-se desde cirurgias até tratamentos e treinamentos da fala. E assim a surdez é compreendida como uma falta, uma deficiência e segundo Para Mottez (1977; citado por Skliar, 2001, p.118): “a deficiência é uma manifestação biológica de um fato lesional concreto, medível, objetivável, mas a incapacidade não é resultante direta da deficiência, e sim uma restrição ao acesso a lugares e papéis sociais, que depende das medidas que cada sociedade implementa com respeito às

pessoas com deficiência.”

Nos estudos clínicos no ramo da surdez, a deficiência auditiva é compreendida como um deficit, ou seja, uma perda, onde em alguns casos, a pessoa já aprendeu a se comunicar oralmente, podendo este recorrer ao uso de aparelhos auditivos ou a intervenções cirúrgicas e assim estas pessoas geralmente preferem utilizar a fala oral, não aderindo a Libras, a cultura surda. Enquanto segundo a visão socioantropológica, a pessoa Surda é aquela que conforme decreto 5.626/05, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Conforme Deus (2017), a visão socioantropológica, compreende a surdez como diferença e não na deficiência, e dessa maneira a língua e a cultura são respeitadas. A despeito deste assunto, Wrigley (1996), compreende as considerações da surdez em termos culturais e linguísticos.

Desta maneira, a Libras deve ser considerada. A respeito desta língua, Menezes (2006) reflete que Libras já existia e fora difundida pelos portugueses.

O Brasil ainda era uma colônia portuguesa governada pelo imperador Pedro II quando a Língua de Sinais para surdos aportou no país, mais precisamente no Rio de Janeiro. Em 1856, o conde francês Ernest Huet desembarcou na capital fluminense com o alfabeto manual francês e alguns sinais. O material trazido pelo conde, que era surdo, deu origem à Língua Brasileira de Sinais (Libras). O primeiro órgão no Brasil a desenvolver trabalhos com surdos e mudos surgiu em 1857. Foi do então Instituto dos Surdos-Mudos do Rio de Janeiro, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que saíram os principais divulgadores da Libras. A iconografia dos sinais, ou seja, a criação dos símbolos, só foi apresentada em 1873, pelo aluno surdo Flausino José da Gama. Ela é o resultado da mistura da Língua de Sinais Francesa com a Língua de Sinais Brasileira antiga, já usada pelos surdos das várias regiões do Brasil. (Menezes, 2006, p. 92)

Mesmo havendo registros antigos da existência das línguas de sinais, os surdos não tinham sua língua respeitada e compreendida, só vindo ser garantida conforme lutas da comunidade surdas por direitos linguísticos, a exemplo da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Brasil, 2002) que a reconhece como meio legal de comunicação e expressão para os falantes da língua de Sinais e outros recursos de expressão a ela associados a descreve da seguinte maneira:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e

expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. [...]

Acreditamos que a Libras é a chave primordial na educação da pessoa surda, pois é através dela que os mesmos compreendem o mundo e interagem com o outro.

Isto posto, segundo (MEC, 2005), quando se trata da educação dos surdos, estima-se que mais de 406 mil estejam em idade escolar, porém, apenas 56 mil (13%) cursavam a educação básica no ano de 2003, já quando se trata do ensino médio este número caiu para 2 mil e, nas universidades, para 300 considerando este expressivo número de pessoas com algum tipo de surdez, estes números denunciam que pouquíssimas pessoas com surdez tem adentrado nas escolas e quando se trata do ensino superior, este número é ínfimo.

Pois, se considerarmos os 2 mil alunos do ensino médio, significa dizer que apenas 15% destes representam a quantidade de alunos com algum tipo de surdez que acessam ao ensino superior, e o ensino técnico não é citado.

Na atualidade a principal forma de ingresso no ensino superior é através do ENEM. Segundo (Morais et al, 2020) citando (Alves Machado & Lima, 2014; Castro, 2000), o Exame Nacional do Ensino Médio, teve sua origem e aplicação no ano de 1988, porém o objetivo deste exame inicialmente era avaliar as competências e habilidades dos estudantes concluintes e/ou que já haviam concluído esta modalidade de ensino no país. Os primeiros autores apoiados em (Castro, 2000), destacam ainda que no ano de 1999, ou seja, no ano de sua segunda aplicação, houve uma crescente adesão a este exame, sendo praticamente triplicação os números de participantes.

Diante de tamanho sucesso, como sabemos, atualmente as principais instituições públicas adotam este exame como meio de ingresso dos seus educandos que aliados ao SISU, podem concorrer com outros candidatos a uma opção de curso superior.

Às pessoas com deficiência é dado o direito de prestarem este exame, e assim como as pessoas com necessidades especiais no ato da inscrição, eles podem requerer atendimento especializado para sua acessibilidade durante as provas, assim, cada pessoa conforme sua realidade individualmente as apontam e após avaliação da instituição aplicadora mediante a laudos médicos apresentados, podem deferir ou não o pleito apresentado pelo candidato.

Esta possibilidade de acessibilidade, garante ao candidato o direito de equidade de oportunidade, pois cada um é atendido conforme sua necessidade, e assim concorrer de forma igualitária pelo o acesso ao ensino superior.

Desse modo, as pessoas com deficiência podem concorrer entre si a uma vaga nas universidades, dentro deste universo encontram-se as pessoas surdas. É importante ressaltar que quando acessibilidade para pessoas com surdez, caso não tenham outra deficiência ou patologias, estamos tratando de língua, pois pessoas com identidade cultural surdas usuárias da Libras, necessitam que as informações sejam transmitidas em sua língua.

Isto posto, aos candidatos surdos, é assegurado direto de optarem pela acessibilidade de comunicação no ato da prova através do tradutor intérprete de Libras ou no caso de surdo cego ou com baixa visão, guia intérprete de Libras. Até o ano de 2016 este direito era parcialmente assegurado, porém estes profissionais prestavam este serviço apenas para tradução de informações gerais não sendo permitido a tradução das provas da língua portuguesa para a Libras por estes profissionais que são contratados para garantir a acessibilidade destas pessoas e precisam ser devidamente habilitados para o exercício desta profissão. Quadros (2004, p. 27), define o tradutor intérprete de Língua de Sinais como: “profissional que domina a Língua de Sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete da Libras. Diante de um exame tão importante, estes profissionais que atuam nesta função, devem ser bilíngues, dominando tanto a língua oral quanto a de sinais, para que as questões sejam traduzidas de forma eficaz.”

Nesse sentido, (Farias; Oliveira e Ceni, 2019), citando Corrêa (2015, p. 11), consideram outra importante função destes profissionais no âmbito da educação que é a linguística entre docentes e discentes, bem como entre os surdos e as pessoas ouvintes não usuárias da Libras, propiciando favorecendo a comunicação entre ambos.

Conforme falamos anteriormente a Libras, é a Língua na qual o surdo além de manifestar sua cultura ele interage e compreende o mundo, até porque esta é sua primeira língua, e quando não se tem a garantia dos direitos a ter as informações nas provas em Libras, o princípio da equidade é quebrado e isto pode prejudicar o acesso aos surdos com a garantia de igualdade de direitos.

Possivelmente, esta privação das traduções das provas em Libras, possa ter retardado o ingresso de alguns alunos surdos no ensino superior, pois ao contrário de candidatos ouvintes que tinham sua prova em sua própria língua, ou seja, a língua portuguesa, os candidatos surdos não tinham a prova em Libras.

Todavia, no ano de 2017, este exame resolve promover suas provas com uma versão em Libras pela primeira vez, esta conquista foi muito comemorada pela comunidade surda, pois tiveram de fato e de direito uma acessibilidade e puderam concorrer de forma mais justa

com outros candidatos, visto que, as provas estavam traduzidas em sua língua.

Acreditamos que esta ação representa um passo significativo para o acesso de pessoas surdas no ensino superior, visto que o que deve ser avaliado entre outras coisas é o seu conhecimento, não podendo ser prejudicados pelo fato de ter que traduzir e compreender toda a prova sem que esteja em sua língua.

O acesso através da Libras é um passo primordial para a chegada do surdo no ensino superior, no entanto outras ações precisam acontecer, como a contratação do tradutor intérprete de Libras e guia intérprete para traduzir as aulas e conteúdo.

Porém, só a contratação destes profissionais não garante a inclusão da pessoa surda neste espaço. A equipe pedagógica, professores e toda a comunidade acadêmica precisa estar capacitada para atender a especificidade linguística e cultural destas pessoas, a fim de que compreendam como proceder e preparar aulas pautadas na visualidade, como atender um aluno surdo que precisarem procurar outros serviços em que o intérprete não esteja presente.

Nesse sentido, acreditamos que a acessibilidade não deve ser garantida apenas pelos intérpretes, mas pela instituição como um todo, através dos seus profissionais, que devem ter conhecimento em Libras para que estas pessoas possam ser atendidas nos seus espaços caso necessitem.

Estes mínimos fatores, são inicialmente importantes durante a permanência dos alunos surdos no ensino superior afim de que estes conquistem seus objetivos educacionais. Em um dos Institutos Federais situados no nordeste do Brasil, foi registrado o ingresso de um aluno Surdo, ao ensino superior no ano de 2008, sendo necessário à contratação do tradutor intérprete de Libras. Uma vez, não tendo registro de alunos, que porventura não necessitaram deste serviço, nesta instituição, até o momento, os autores entendem, que é a primeira vez que pessoas surdas, que tem em sua cultura língua de sinais, ingressam nesta instituição de ensino.

Para tanto, este Instituto Federal, tomou a seguinte providência para garantir a permanência de sucesso dos alunos com surdez na época, através da portaria nº. 3.284 de 7 de novembro de 2003, que diz:

quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso: a) de propiciar, sempre que necessário intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno.

Dessa maneira, para possibilitar o sucesso dos alunos Surdos matriculados nesta Instituição, foram disponibilizados mecanismos como contratação de Intérprete de Libras para

apoio educacional. Além disso, este Instituto oferecia em horário oposto as aulas mais um profissional Tradutor Intérprete de Libras para as aulas de núcleo (reforço escolar), este prestado por professores, além de aulas de Língua de sinais para professores e funcionários, para garantir não só o sucesso educacional de seus alunos como também a acessibilidade nas dependências da instituição.

Corroborando com as considerações de (Souza e Miranda, (2020), com base na ótica de (Santos & Paulino, 2008), os conceitos inclusão e exclusão são interligados, onde a existência está ligada ao outro, pois conforme os mesmos a inclusão consiste na busca da eliminação da exclusão.

Em busca da eliminação das barreiras excludentes, a inclusão requer esforços contínuos não só para o acesso, mas em busca da permanência e contribuições para que as pessoas com deficiência alcancem seus objetivos com igualdade de oportunidades durante sua trajetória acadêmica.

No ano de 1999 a portaria nº. 1.679, do MEC, determina a estruturação das universidades brasileiras, a fim de facilitar o acesso aos deficientes auditivos, a fim de garantir o direito ao aluno surdo, mecanismo que possibilitar se necessário, o acesso a intérpretes na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), disponíveis na sala de aula, para a compreensão de termos técnicos e conteúdos dados pelo professor para garantir a compreensão do aluno surdo.

O resultado destes constantes esforços tanto por parte dos alunos como da instituição, fazem parte do processo contínuo de ensino aprendizagem, a fim de garantir a inclusão, acessibilidade, e o sucesso destes alunos no ensino superior.

Falar de igualdades, diante das diferenças, com certeza é um desafio a ser enfrentado tanto pelas instituições de ensino, quanto para os alunos. Pois diante de tantos desafios, entre eles, capacitar os professores que estão envolvidos neste processo, não estando assim aptos a receber o aluno e conseqüentemente o intérprete em sala de aula, com absoluta certeza, também faz parte deste processo que é ensaiado muitas vezes na prática, quando o aluno adentra nas instituições e muitas vezes eles são os que mais ensinam com suas resiliências e forma de ver e superar desafios.

#### **4. Conclusão**

Ao nos referirmos, ao acesso de alunos surdos, no superior, faz-se necessário, considerar fatores essenciais, a fim de favorecer seu aprendizado. Estes, vão desde a

consideração da Língua de Sinais (LIBRAS), não só como uma língua, mas como parte da identidade e cultura e como meio de comunicação, acesso à informação e interação.

Acreditamos ainda, que para atender as necessidades educacionais do aluno com surdez, tão importante quanto garantir a acessibilidade de comunicação em Libras através do tradutor intérprete, é a capacitação dos profissionais envolvidos neste processo educacional, uma vez que a compreensão dos conteúdos se dá através mediação destes, cabendo ao tradutor intérprete de Libras fazer o elo comunicacional entre os dois universos, surdos e ouvintes.

A compreensão estes fatores primários são essenciais para as instituições que recebem alunos com surdez, pois podem representar a chave que contribuirá para o acesso permanência e conclusão do ensino superior, uma vez que além dos fatores acima mencionados a visualidade contida na Libras e presente na cultura surda podem dar pistas para um processo de ensino aprendizagem por partes dos docentes deste público.

A inclusão é uma realidade, e nesta as pessoas com surdez, tem constantemente conquistado espaços consideráveis em todos os níveis educacionais, inclusive no ensino superior. Neste sentido, capacitar professores para que entendam que mecanismos pautados na visualidade, podem utilizar em sua didática, com a finalidade de contribuir com o aprendizado por parte das pessoas com algum tipo de surdez, pode propiciar a ambos os públicos envolvidos uma educação com resultados exitosos.

Isto posto, e diante da importância do professor neste processo, sugerimos capacitações pautadas nas especificidades do sujeito surdo, sua língua, identidade e cultura para os docentes e profissionais envolvidas na educação, para que possam compreender um pouco mais do universo dos seus educandos e assim contribuir de forma mais sistemática e eficaz com o seu aprendizado e sucesso no nível superior.

Consideramos a Libras como chave para a educação da pessoa surda, no entanto não podemos deixar de destacar que a língua portuguesa na modalidade escrita também deve ser ofertada, no ensino superior, pois a mesma lhe servirá também como suporte na sua vida escolar, e assim, neste encontro entre as duas línguas (português/Libras) e conseqüentemente entre as culturas (ouvinte/surdo), acreditamos que caso a instituição adote este olhar, sob uma perspectiva cultural, a mesma conseguir suprir as eventuais necessidades educacionais destes educandos, garantindo assim o sucesso escolar dos mesmos.

Percebe-se que o debate inclusivo, vem crescendo, no entanto quando deparamos com a inclusão, sentimo-nos desafiados a dispor de mecanismos que possibilitem o sucesso escolar dos educandos surdos que diante de tantos desafios vencidos desde seu ingresso, a sua

permanência não pode ser negligenciada diante de sua especificidade linguística, dessa forma é de responsabilidade também das instituições promover ações que propiciem conhecimentos e ferramentas metodológicas para seus profissionais a fim de que possam desempenhar um ensino pautado na diversidade de modo que os surdos não só adentrem no ensino superior, mas permaneçam e concluam seus objetivos.

## Referências

Brasil. (2020) *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Diário Oficial da União.

Brasil. (1999) *Portaria Ministerial nº. 1.679/99*. Recuperado de [http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1\\_1679.pdf](http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf).

Brasil. (2020) *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm).

Brasil. (2020) *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5626.htm)

Bueno, J. G. S. (1997) A integração social das crianças deficientes: a função da educação especial. In: Mantoan, M.T.E. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon: Editora SENAC.

Deus, V. O. (2017) *Libras: uma língua estrangeira?* Revista Arara Azul, Petrópolis, n. 22. Recuperado de <http://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/3%C2%AA%20Artigo%20Viviane%20Oliveira%20de%20Deus.pdf>

Farias, M. D.; Oliveira, F. K. & Ceni, A. Atuação do tradutor intérprete de Libras no ensino superior: implicações na disciplina de educação inclusiva. *Research, Society and Development*, [S. l.], 9(1), e171911843, 2020. Recuperado de <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1843>.

Gil, A. C. (2008) *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4. ed.). São Paulo: Atlas.

Lima, M. S. (2004). *Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito*. 261 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Lulkin, S.A. (1998) O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada. In: Skliar, C. B. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.

Morais S, E. A. de, Pedro, D. F. P., Fernandes, B. M., Silva, J. J. R., Cruz, M. P., Nogueira Neto, L. F.; Oliveira, C. E. M. & Geraldo, V. Curso Popular Preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio: um meio de Inclusão Social em Itabira. *Research, Society and Development*, [S. l.], 9(5), e60952849, 2020. Recuperado de <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2849>.

Neuman, L. W. (1997) *Social research methods: qualitative and quantitative approaches*. Boston: Allyn & Bacon.

Menezes, E. T & Santos, T. H. (2006) *Libras (Língua Brasileira de Sinais). Dicionário Interativo da Educação Brasileira*. Educa Brasil. São Paulo: Midiamix.

Quadros, R. M. de. (2004) *O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC/SEESP.

Skliar, C.B. (2001). Educação & Exclusão, Abordagens Sócio-Antropológicas em Educação Especial. In: SKLIAR, C.B. (Org) *Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos*. Porto Alegre: Mediação.

Souza, R. T. de; Miranda, J. C. Inclusão e permanência escolar das pessoas com deficiência: um panorama das escolas da Zona Urbana do Município de Itaperuna-RJ. *Research, Society*

*and Development*, [S. 1.], 9(5). e149953193, 2020. Recuperado de <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3193>.

Wrigley, O. (1996) *The politics of deafness*. Washington: Gallaudet University Press.

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Rosenice de Lima Gabriel - 30%

Everton de Lima Silva - 15%

Adilma Gomes da Silva Machado - 9%

Charlene de Lima Alexandre da Silva - 9%

Jessica Gomes Lobo - 9%

Jôse Pessoa de Lima - 9%

Regina Celi Delfino da silva - 9%

Rosilene Félix Mamedes – 10%